MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA
Av. Coronel Gustavo Cordeiro de Farias, s/n
Bairro de Petrópolis, 59012-570, Natal-RN
Fone: 055-84-3342-9809/ 055-84-3342-9831

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ASSISTENTE

COMISSÃO ORGANIZADORA (CO)-	**Nº177 da Portaria que designou a comissão**
Titulares	**Nome dos membros**
1º (Presidente)	Prof. Nilsen Carvalho Fernandes de Oliveira Filho
2º	Profa. Dra. Ana Paula Barreto Gomes
3º	Profa. Msc. Lourena Mafra Veríssimo
Suplente	Prof. Maria Giovana Binder Pagnoncelli

COMISSÃO EXAMINADORA-CE	**Nº 179 da Portaria que designou a comissão**
Titulares	**Nome dos membros**
1º (Presidente)	Profa. Dra. Maria Cleide Ribeiro Dantas de Carvalho (UFRN/RN)
2º Membro Externo	Profa. Dra. Ivonete Batista de Araújo (UFRN/RN)
3º Membro Interno	Profa. Dra. Marta Maria de França Fonteles – membro externo -UFC
Suplentes	
1º Suplente Externo	Profa. Msc Maria Célia Ribeiro Dantas de Aguiar(UFRN/RN)
2º Suplente Interno	Profa. Msc Francisca Sueli Monte (UFRN/RN)
3º Suplente Interno	Profa. Msc Patricia Trindade da Costa Paulo – membro externo - UFPB

PROGRAMA	

PROGRAMA PARA A PROVA ESCRITA

1. Legislação Farmacêutica.
2. Farmacoeconomia.
3. Gestão de Farmácia Comunitária.
4. Atenção Farmacêutica e Uso Racional de Medicamentos.
5. Dispensação Farmacêuitica.
6. Medicamentos Isentos de prescrição

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº. 5991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Diário Oficial da União.1973.

CIPOLLE, R; STRAND, L; MORLEY, C. O exercício do cuidado farmacêutico. Brasil. Conselho Federal de Farmácia; 2006.

Código de ética da profissão farmacêutica

Decreto Nº 162 de 1991

Decreto Nº 78992 de 21 de dezembro de 1976

Fuchs F.D., WANNNMACHER, L, FERREIRA MBC, eds. Farmacologia clínica. fundamentos da terapêutica racional. 3a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2004: 86-95.

HEPLER CD, STRAND LM. Oportunidades y responsibilidades em la atención farmacéutica. Am J Hosp Pharm. 1990 Mar;47(3):533-43

Lei nº 10409 de 11 de janeiro de 2002

Lei nº 6368 de 21 de outubro de 1976

Lei nº 9965 de 27 de abril de 2000

Marin, N. et al. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.

Maia Neto, JF. Farmácia Hospitalar e suas interfaces com a saúde. São Paulo: Rx, 2005

Portaria Nº 344 de 12 de maio de 1998 (e suas atualizações)

Portaria Nº 549 de 30 de setembro de 2002

Portaria Nº 6 de 29 de janeiro de 1999

Resolução – CFF Nº 273 de 30 de agosto 1995

Resolução – CFM Nº 1477 de 11 de julho 1997

Resolução RDC Nº239 de 28 de agosto 2002

Resolução RDC Nº27 de 30 de março de 2007

Resolução RDC Nº99 de 30 de dezembro de 2008

RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009

STORPIRTIS, S. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, v.1, p 489.

RELAÇÃO DE TEMAS

TEMAS PARA PROVA DIDÁTICA

1. Legislação Farmacêutica.
2. Farmacoeconomia.
3. Gestão de Farmácia Comunitária.
4. Atenção Farmacêutica e Uso Racional de Medicamentos.
5. Dispensação Farmacêuitica.
6. Medicamentos Isentos de prescrição

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº. 5991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Diário Oficial da União.1973.

CIPOLLE, R; STRAND, L; MORLEY, C. O exercício do cuidado farmacêutico. Brasil. Conselho Federal de Farmácia; 2006.

Código de ética da profissão farmacêutica

Decreto Nº 162 de 1991

Decreto Nº 78992 de 21 de dezembro de 1976

Fuchs F.D., WANNNMACHER, L, FERREIRA MBC, eds. Farmacologia clínica. fundamentos da terapêutica racional. 3a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2004: 86-95.

HEPLER CD, STRAND LM. Oportunidades y responsibilidades em la atención farmacéutica. Am J Hosp Pharm. 1990 Mar;47(3):533-43

Lei nº 10409 de 11 de janeiro de 2002

Lei nº 6368 de 21 de outubro de 1976

Lei nº 9965 de 27 de abril de 2000

Marin, N. et al. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.

Maia Neto,JF. Farmácia Hospitalar e suas interfaces com a saúde. São Paulo: Rx, 2005

Portaria Nº 344 de 12 de maio de 1998 (e suas atualizações)

Portaria Nº 549 de 30 de setembro de 2002

Portaria Nº 6 de 29 de janeiro de 1999

Resolução – CFF Nº 273 de 30 de agosto 1995

Resolução – CFM Nº 1477 de 11 de julho 1997

Resolução RDC Nº239 de 28 de agosto 2002

Resolução RDC Nº27 de 30 de março de 2007

Resolução RDC Nº99 de 30 de dezembro de 2008

RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009

STORPIRTIS, S. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, v.1, p 489.

Obs. A Prova Didática constará de aula expositiva com 50 (cinqüenta) minutos de duração.

O tema será sorteado com 24 (vinte e quatro horas de antecedência).

DATA DE INÍCIO	LOCAL	HORÁRIO	ATIVIDADE
22/02/2010	Sala 1 Pós - Graduação	8:30h – 12:30h	Prova Escrita

Obs. As demais datas serão definidas de acordo com o número de candidatos.